



Manifesto do XXVI Congresso Brasileiro de Economia Por um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático

O XXVI Congresso Brasileiro de Economia apresenta à sociedade brasileira e à comunidade internacional este Manifesto, às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém do Pará. Pela primeira vez na história, a Amazônia, coração da biodiversidade planetária, acolhe o encontro climático mais importante do mundo, consolidando o papel estratégico do Brasil no enfrentamento da emergência climática e na construção de um futuro sustentável.

Esta Conferência não representa somente uma oportunidade para debater emissões, tecnologias ou metas climáticas; é um chamado à compreensão de que sem equilíbrio climático não haverá prosperidade econômica, justiça social ou democracia sólida. A emergência ambiental exige uma atuação integrada, em que governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos assumam responsabilidades compartilhadas para a preservação do planeta e a garantia de um futuro digno para todas as gerações.

Nós, economistas, e demais profissionais desempenhamos um papel central ao analisar impactos econômicos, propor políticas públicas ecoeficientes e avaliar, através de múltiplos critérios, os impactos socioeconômicos e ambientais de cada processo econômico que se realiza na busca por soluções que permitam uma transição ecológica justa. Nossa profissão tem um papel importante na formulação de medidas e na construção de políticas.

O Sistema Cofecon/Corecons, como instância de representação da categoria, reafirma seu compromisso de não se omitir neste debate: estará ativo na discussão de estratégias e soluções que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, reforçando que a economia do presente e do futuro deve ser verde, inclusiva e responsável com a nossa geração e com as próximas.

Necessidade de transição justa

Vivemos tempos em que os impactos das mudanças climáticas já não podem ser ignorados. Eventos extremos (enchentes, estiagens, ondas de calor e desastres ambientais) afetam milhões de brasileiros e comprometem a produção, a infraestrutura e a qualidade de vida. No ano passado, o Rio Grande do Sul viveu a maior catástrofe climática de sua história, com 184 mortes, 25 pessoas ainda desaparecidas e quase 100 mil desabrigados. Na Amazônia, uma estiagem prolongada levou vários rios ao menor nível de sua história e ocasionou o registro de mais de 25 mil focos de incêndio. A região sofre, ademais, com os efeitos do avanço do desmatamento, da grilagem e da exploração predatória.





Nas grandes cidades, a combinação de ilhas de calor urbano, precariedade habitacional e desigualdade socioambiental evidencia a urgência de políticas integradas e resilientes. É necessário articular planejamento urbano, investimentos em infraestrutura verde, mobilidade sustentável e gestão eficiente dos recursos hídricos e energéticos, de modo a reduzir vulnerabilidades e promover cidades mais justas e saudáveis. O papel do economista revestese de relevância estratégica nesse processo ao avaliar os impactos socioeconômicos, propor mecanismos de incentivo à adaptação e orientar a implementação de políticas que conciliem crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

O Cofecon entende que a transição necessária não pode se restringir a mudanças tecnológicas – ao contrário, deve ser ecológica, social e econômica, ancorada em princípios de justiça climática. Isso implica que os povos da floresta, comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e trabalhadores (urbanos e rurais) não sejam meros objetos de políticas, mas protagonistas e beneficiários de uma transformação estruturante.

Amazônia: centro da agenda global

A Amazônia, além de ser o maior patrimônio natural do Brasil, é também um pilar do equilíbrio climático global. Conscientes de que a floresta em pé tem valor superior ao da derrubada indiscriminada, defendemos a construção de um pacto econômico pela Amazônia, que fortaleça a bioeconomia, valorize os conhecimentos tradicionais, enfrente o desmatamento e atividades ilegais e assegure alternativas econômicas endógenas e sustentáveis.

Neste sentido, é imprescindível ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, criar mecanismos de compensação financeira justa (como royalties climáticos, pagamentos por serviços socioambientais e créditos de carbono com viés redistributivo) e garantir o protagonismo dos amazônidas no planejamento e execução das políticas públicas para a região. Só assim será possível conciliar conservação ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico sustentável.

Participação no debate econômico

Como resultado de um amplo processo de reflexão coletiva, três documentos foram consolidados no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, expressando o compromisso da categoria com a agenda climática e a transição justa. Após os debates realizados no 29º Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul), em agosto de 2025, o Corecon-SC apresentou um documento com propostas para discutir no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e, posteriormente, levar à COP30. A Carta do XIII Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal, sediado no mesmo mês em Manaus, também foi confeccionada com o intuito de ser encaminhada à COP30. Da mesma forma, no Cofecon, a Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental conduziu o ciclo de seminários "Diálogos Econômicos à Luz da COP30", reunindo especialistas, acadêmicos, representantes





da sociedade civil e economistas de diferentes regiões do país. A partir desse processo, foi elaborado o documento "Equilíbrio Climático para um Futuro Ecológico Comum", cuja finalidade é oferecer subsídios qualificados à liderança brasileira na COP30 e contribuir para que o país assuma um papel protagonista na governança climática global.

Entre as medidas propostas pelo Sistema Cofecon/Corecons, encontram-se:

- Transição ecológica justa: integração de bioeconomia, economia circular, agroflorestas regenerativas, energias renováveis e renda básica como instrumentos de inclusão e sustentabilidade.
- Valoração econômico-ecológica: políticas que reconheçam o valor dos serviços socioambientais, garantindo redistribuição justa e evitando a financeirização predatória da natureza.
- **Governança climática**: fortalecimento de marcos regulatórios, transparência, combate ao greenwashing e alinhamento entre políticas fiscal, monetária e ambiental.
- **Financiamento sustentável**: criação de fundos nacionais e internacionais para adaptação e mitigação, incluindo o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, proposto pelo Brasil.
- **Educação e ciência**: incentivo a laboratórios regionais de economia ecológica, integração entre saberes tradicionais e científicos e fortalecimento da formação técnica para gestores e comunidades.

O Cofecon reafirma que não há economia próspera em um planeta doente. A COP30 oferece a oportunidade histórica de consolidar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, inclusivo e democrático. O Brasil deve assumir uma posição de liderança global, não como exportador de commodities ambientais, mas como exemplo de transição justa, de justiça climática e de construção de prosperidade a partir da biodiversidade e do êxito na descarbonização da economia.

Este Manifesto é um chamado a governos, empresas, instituições e cidadãos. O equilíbrio climático deve ser o alicerce de um futuro ecológico comum. Somente com ação coordenada, conhecimento científico e valorização das comunidades locais será possível construir um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático, capaz de oferecer segurança ambiental, prosperidade econômica e justiça social para todos.

XXVI Congresso Brasileiro de Economia

Outubro, 2025





Brazil at the Forefront of a Just Transition and Climate Balance

The XXVI Brazilian Congress of Economics presents to Brazilian society and the international community this Manifesto - on the eve of the 30th United Nations Climate Change Conference (COP30), to be held in Belém. For the first time in history, Amazon - heart of the planet's biodiversity - will host the world's most important climate summit, reinforcing Brazil's strategic role in addressing the climate emergency and building a sustainable future.

This Conference is not only an opportunity to debate emissions, technologies, or climate targets; it is a call to recognize that without climate balance there will be no economic prosperity, social justice or solid democracy. The environmental emergency demands integrated action, where governments, businesses, civil society organizations, and citizens share responsibility for preserving the planet and ensuring a dignified future for all generations.

We, economists and other professionals, play a central role in analyzing economic impacts, proposing eco-efficient public policies, and evaluating, through multiple criteria, the socioeconomic and environmental consequences of each economic process. Our profession has an important role in formulating measures and building policies in the search for solutions that enable a just ecological transition.

The Cofecon/Corecons System, as a representative body of the profession, reaffirms its commitment not to shy away from this debate. It will be actively engaged in discussing strategies and solutions that reconcile economic development, social justice and environmental sustainability, reinforcing that the economy of the present and the future must be green, inclusive and responsible toward this generation and the next.

The Need for a Just Transition

We live in times when the impacts of climate change can no longer be ignored. Extreme events (floods, droughts, heatwaves, and environmental disasters) affect millions of Brazilians and compromise production, infrastructure and quality of life. Last year, Rio Grande do Sul state experienced the greatest climate catastrophe in its history, with 184 deaths, 25 people still missing and nearly 100,000 displaced. In Amazon region, a prolonged drought led several rivers to reach their lowest levels on record and caused more than 25,000 fire outbreaks. The region also suffers from increasing deforestation, land grabbing and predatory exploitation.

In large urban centers, the combination of urban heat islands, precarious housing and socioenvironmental inequality highlights the urgency of integrated and resilient policies. Urban planning, investments in green infrastructure, sustainable mobility and efficient management of water and energy resources must be coordinated to reduce vulnerabilities and promote fairer and healthier cities. In this process, the role of the economist is of strategic relevance in





assessing socioeconomic impacts, proposing incentives for adaptation, and guiding the implementation of policies that reconcile economic growth, social inclusion, and environmental preservation.

Cofecon understands that the necessary transition cannot be limited to technological changes—it must instead be ecological, social, and economic, grounded in principles of climate justice. This means that forest peoples, riverine communities, quilombolas, Indigenous populations, and workers—both urban and rural—must be protagonists and beneficiaries of this structural transformation, not merely its targets.

Amazon: Center of the Global Agenda

The Amazon, besides being Brazil's greatest natural heritage, is also a pillar of global climate balance. Aware that a standing forest is more valuable than one destroyed, we advocate for building an economic pact for the Amazon that strengthens the bioeconomy, values traditional knowledge, combats deforestation and illegal activities and ensures endogenous and sustainable economic alternatives.

In this regard, it is essential to increase investments in science, technology, and innovation; create fair financial compensation mechanisms—such as climate royalties, payments for socio-environmental services, and redistributive carbon credits; and ensure Amazonian leadership in planning and implementing public policies for the region. Only by doing so will it be possible to reconcile environmental conservation, social justice, and sustainable economic development.

Participation in the Economic Debate

As the result of a broad collective reflection, three documents have been consolidated within the Cofecon/Corecons System, expressing the profession's commitment to the climate agenda and a just transition. After debates held at the 29th Meeting of Economists of the South Region (Enesul) in August 2025, Corecon-SC presented a document with proposals for discussion within the Cofecon/Corecons System and later submission to COP30. The Charter of the XIII Meeting of Entities of Economists of the Legal Amazon, held that same month in Manaus, was also prepared with the intention of being presented at COP30. Likewise, within Cofecon, the Economic and Environmental Sustainability Commission conducted the seminar series "Economic Dialogues in Light of COP30," bringing together specialists, academics, civil society representatives, and economists from different regions of the country. From this process emerged the document "Climate Balance for a Common Ecological Future", intended to offer qualified contributions to Brazilian leadership at COP30 and help the country assume a leading role in global climate governance.





Among the measures proposed by the Cofecon/Corecons System are:

- **Just ecological transition:** integration of bioeconomy, circular economy, regenerative agroforestry, renewable energies, and basic income as instruments of inclusion and sustainability.
- **Economic-ecological valuation:** policies that recognize the value of socioenvironmental services, ensuring fair redistribution and preventing the predatory financialization of nature.
- **Climate governance:** strengthening regulatory frameworks, transparency, and the fight against greenwashing, with alignment between fiscal, monetary, and environmental policies.
- **Sustainable financing:** creation of national and international funds for adaptation and mitigation, including the *Tropical Forests Forever Fund* proposed by Brazil.
- **Education and science:** support for regional eco-economy laboratories, integration of traditional and scientific knowledge, and strengthened technical training for managers and communities.

Cofecon reaffirms that there can be no prosperous economy on a sick planet. COP30 offers a historic opportunity to consolidate a national development project that is sustainable, inclusive, and democratic. Brazil must assume a position of global leadership—not as an exporter of environmental commodities, but as an example of just transition, climate justice, and prosperity built from biodiversity and successful economic decarbonization.

This Manifesto is a call to governments, businesses, institutions, and citizens. Climate balance must be the foundation of a common ecological future. Only with coordinated action, scientific knowledge, and the valorization of local communities will it be possible for Brazil to lead the just transition and climate balance, ensuring environmental security, economic prosperity, and social justice for all.

XXVI Brazilian Congress of Economics

October 2025





Por un Brasil líder en la transición justa y el equilibrio climático

El XXVI Congreso Brasileño de Economía presenta a la sociedad brasileña y a la comunidad internacional este Manifiesto, en vísperas de la 30ª Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP30), que se celebrará en Belém do Pará. Por primera vez en la historia, la Amazonía, corazón de la biodiversidad planetaria, acogerá la conferencia climática más importante del mundo, consolidando el papel estratégico de Brasil en el enfrentamiento de la emergencia climática y en la construcción de un futuro sostenible.

Esta Conferencia no representa solo una oportunidad para debatir sobre emisiones, tecnologías o metas climáticas; es un llamado a comprender que sin equilibrio climático no habrá prosperidad económica, justicia social ni democracia sólida. La emergencia ambiental exige una actuación integrada, en la que gobiernos, empresas, organizaciones de la sociedad civil y ciudadanos asuman responsabilidades compartidas para la preservación del planeta y la garantía de un futuro digno para todas las generaciones.

Nosotros, economistas y demás profesionales, desempeñamos un papel central al analizar impactos económicos, proponer políticas públicas ecoeficientes y evaluar, mediante múltiples criterios, los impactos socioeconómicos y ambientales de cada proceso económico en la búsqueda de soluciones que permitan una transición ecológica justa. Nuestra profesión tiene un papel relevante en la formulación de medidas y en la construcción de políticas públicas.

El Sistema Cofecon/Corecons, como instancia de representación de la categoría, reafirma su compromiso de no omitirse en este debate: estará activo en la discusión de estrategias y soluciones que concilien desarrollo económico, justicia social y sostenibilidad ambiental, reforzando que la economía del presente y del futuro debe ser verde, inclusiva y responsable con nuestra generación y con las próximas.

Necesidad de una transición justa

Vivimos tiempos en los que los impactos del cambio climático ya no pueden ser ignorados. Eventos extremos —inundaciones, sequías, olas de calor y desastres ambientales— afectan a millones de brasileños y comprometen la producción, la infraestructura y la calidad de vida. El año pasado, Rio Grande do Sul vivió la mayor catástrofe climática de su historia, con 184 muertes, 25 personas aún desaparecidas y casi 100 mil desplazadas. En la Amazonía, una sequía prolongada llevó varios ríos a su nivel más bajo de la historia y provocó más de 25 mil focos de incendios. La región también sufre los efectos del avance de la deforestación, la apropiación ilegal de tierras y la explotación depredadora.





En las grandes ciudades, la combinación de islas de calor urbano, precariedad habitacional y desigualdad socioambiental evidencia la urgencia de políticas integradas y resilientes. Es necesario articular la planificación urbana, inversiones en infraestructura verde, movilidad sostenible y gestión eficiente de los recursos hídricos y energéticos, para reducir vulnerabilidades y promover ciudades más justas y saludables. El papel del economista adquiere relevancia estratégica en este proceso al evaluar los impactos socioeconómicos, proponer mecanismos de incentivo a la adaptación y orientar la implementación de políticas que concilien crecimiento económico, inclusión social y preservación ambiental.

El Cofecon entiende que la transición necesaria no puede restringirse a cambios tecnológicos; por el contrario, debe ser ecológica, social y económica, anclada en principios de justicia climática. Esto implica que los pueblos de la selva, comunidades ribereñas, quilombolas, pueblos indígenas y trabajadores —urbanos y rurales— no sean meros objetos de políticas, sino protagonistas y beneficiarios de una transformación estructural.

Amazonía: centro de la agenda global

La Amazonía, además de ser el mayor patrimonio natural de Brasil, es también un pilar del equilibrio climático global. Conscientes de que el valor del bosque en pie es superior al de su destrucción indiscriminada, defendemos la construcción de un pacto económico para la Amazonía que fortalezca la bioeconomía, valore los conocimientos tradicionales, enfrente la deforestación y las actividades ilegales y garantice alternativas económicas endógenas y sostenibles.

En este sentido, es imprescindible ampliar las inversiones en ciencia, tecnología e innovación, crear mecanismos de compensación financiera justa —como regalías climáticas, pagos por servicios socioambientales y créditos de carbono con enfoque redistributivo— y garantizar el protagonismo de los pueblos amazónicos en la planificación y ejecución de políticas públicas para la región. Solo así será posible conciliar conservación ambiental, justicia social y desarrollo económico sostenible.

Participación en el debate económico

Como resultado de un amplio proceso de reflexión colectiva, se consolidaron tres documentos en el ámbito del Sistema Cofecon/Corecons, expresando el compromiso de la categoría con la agenda climática y la transición justa. Tras los debates realizados en el 29º Encuentro de Economistas de la Región Sur (Enesul), en agosto de 2025, el Corecon-SC presentó un documento con propuestas para discutir en el Sistema Cofecon/Corecons y posteriormente llevar a la COP30. La Carta del XIII Encuentro de Entidades de Economistas de la Amazonía Legal, celebrado ese mismo mes en Manaos, también fue elaborada con el objetivo de enviarla a la COP30. Asimismo, en Cofecon, la Comisión de Sostenibilidad Económica y Ambiental realizó el ciclo de seminarios "Diálogos Económicos a la Luz de la





COP30", reuniendo especialistas, académicos, representantes de la sociedad civil y economistas de diferentes regiones del país. A partir de este proceso se elaboró el documento "Equilibrio Climático para un Futuro Ecológico Común", cuya finalidad es ofrecer aportes calificados al liderazgo brasileño en la COP30 y contribuir para que el país asuma un papel protagónico en la gobernanza climática global.

Entre las medidas propuestas por el Sistema Cofecon/Corecons se encuentran:

- Transición ecológica justa: integración de bioeconomía, economía circular, agroforestería regenerativa, energías renovables y renta básica como instrumentos de inclusión y sostenibilidad.
- Valoración económico-ecológica: políticas que reconozcan el valor de los servicios socioambientales, garantizando redistribución justa y evitando la financiarización depredadora de la naturaleza.
- **Gobernanza climática:** fortalecimiento de marcos regulatorios, transparencia, combate al greenwashing y alineamiento entre políticas fiscal, monetaria y ambiental.
- **Financiamiento sostenible:** creación de fondos nacionales e internacionales para adaptación y mitigación, incluido el Fondo Bosques Tropicales para Siempre, propuesto por Brasil.
- Educación y ciencia: incentivo a laboratorios regionales de economía ecológica, integración entre saberes tradicionales y científicos y fortalecimiento de la formación técnica para gestores y comunidades.

El Cofecon reafirma que no existe una economía próspera en un planeta enfermo. La COP30 ofrece una oportunidad histórica para consolidar un proyecto nacional de desarrollo sostenible, inclusivo y democrático. Brasil debe asumir una posición de liderazgo global, no como exportador de commodities ambientales, sino como ejemplo de transición justa, justicia climática y construcción de prosperidad a partir de la biodiversidad y el éxito en la descarbonización de la economía.

Este Manifiesto es un llamado a gobiernos, empresas, instituciones y ciudadanos. El equilibrio climático debe ser la base de un futuro ecológico común. Solo con acción coordinada, conocimiento científico y valorización de las comunidades locales será posible construir un Brasil líder en la transición justa y en el equilibrio climático, capaz de ofrecer seguridad ambiental, prosperidad económica y justicia social para todos.

XXVI Congreso Brasileño de Economía

Octubre de 2025





Per un Brasile leader nella transizione giusta e nell'equilibrio climatico

Il XXVI Congresso Brasiliano di Economia presenta alla società brasiliana e alla comunità internazionale questo Manifesto, alla vigilia della 30^a Conferenza delle Nazioni Unite sui Cambiamenti Climatici (COP30), che si terrà a Belém do Pará. Per la prima volta nella storia, l'Amazzonia, cuore della biodiversità planetaria, ospita il più importante incontro climatico del mondo, consolidando il ruolo strategico del Brasile nell'affrontare l'emergenza climatica e nella costruzione di un futuro sostenibile.

Questa Conferenza non rappresenta soltanto un'opportunità per discutere di emissioni, tecnologie o obiettivi climatici; è un appello alla comprensione che senza equilibrio climatico non ci sarà prosperità economica, giustizia sociale né una democrazia solida. L'emergenza ambientale richiede un'azione integrata, in cui governi, imprese, organizzazioni della società civile e cittadini assumano responsabilità condivise per la preservazione del pianeta e la garanzia di un futuro dignitoso per tutte le generazioni.

Noi economisti e altri professionisti svolgiamo un ruolo centrale nell'analisi degli impatti economici, nella proposta di politiche pubbliche ecoefficienti e nella valutazione, attraverso criteri multipli, degli impatti socioeconomici e ambientali di ogni processo economico nella ricerca di soluzioni che permettano una transizione ecologica giusta. La nostra professione ha un ruolo importante nella formulazione di misure e nella costruzione di politiche.

Il Sistema Cofecon/Corecons, in quanto istanza di rappresentanza della categoria, riafferma il proprio impegno a non sottrarsi a questo dibattito: sarà attivo nella discussione di strategie e soluzioni che concilino sviluppo economico, giustizia sociale e sostenibilità ambientale, ribadendo che l'economia del presente e del futuro deve essere verde, inclusiva e responsabile verso la nostra generazione e quelle future.

Necessità di una transizione giusta

Viviamo tempi in cui gli impatti dei cambiamenti climatici non possono più essere ignorati. Eventi estremi (alluvioni, siccità, ondate di calore e disastri ambientali) colpiscono milioni di brasiliani e compromettono la produzione, le infrastrutture e la qualità della vita. L'anno scorso il Rio Grande do Sul ha vissuto la più grande catastrofe climatica della sua storia, con 184 morti, 25 persone ancora disperse e quasi 100 mila sfollati.

In Amazzonia, una prolungata siccità ha portato vari fiumi al livello più basso della loro storia e ha registrato oltre 25 mila focolai di incendi. La regione soffre, inoltre, per gli effetti dell'avanzata del disboscamento, dell'occupazione illegale delle terre e dello sfruttamento predatorio.





Nelle grandi città, la combinazione di isole di calore urbano, precarietà abitativa e disuguaglianza socioambientale evidenzia l'urgenza di politiche integrate e resilienti. È necessario articolare pianificazione urbana, investimenti in infrastrutture verdi, mobilità sostenibile e gestione efficiente delle risorse idriche ed energetiche, in modo da ridurre le vulnerabilità e promuovere città più giuste e sane.

Il ruolo dell'economista assume rilevanza strategica in questo processo nel valutare gli impatti socioeconomici, proporre meccanismi di incentivo all'adattamento e orientare l'implementazione di politiche che concilino crescita economica, inclusione sociale e preservazione ambientale.

Il Cofecon ritiene che la transizione necessaria non possa limitarsi a cambiamenti tecnologici – al contrario, deve essere ecologica, sociale ed economica, ancorata ai principi della giustizia climatica. Ciò implica che i popoli della foresta, le comunità fluviali, quilombolas, indigene e i lavoratori (urbani e rurali) non siano meri oggetti di politiche, ma protagonisti e beneficiari di una trasformazione strutturale.

Amazzonia: centro dell'agenda globale

L'Amazzonia, oltre ad essere il maggior patrimonio naturale del Brasile, è anche un pilastro dell'equilibrio climatico globale. Consapevoli che la foresta intatta ha un valore superiore al disboscamento indiscriminato, difendiamo la costruzione di un patto economico per l'Amazzonia che rafforzi la bioeconomia, valorizzi i saperi tradizionali, combatta la deforestazione e le attività illegali e garantisca alternative economiche endogene e sostenibili.

In tal senso, è imprescindibile ampliare gli investimenti in scienza, tecnologia e innovazione, creare meccanismi di compensazione finanziaria equa (come royalties climatici, pagamenti per servizi socioambientali e crediti di carbonio con finalità redistributiva) e garantire il protagonismo degli abitanti dell'Amazzonia nella pianificazione e nell'esecuzione delle politiche pubbliche per la regione. Solo così sarà possibile conciliare conservazione ambientale, giustizia sociale e sviluppo economico sostenibile.

Partecipazione al dibattito economico

Come risultato di un ampio processo di riflessione collettiva, tre documenti sono stati consolidati nell'ambito del Sistema Cofecon/Corecons, esprimendo l'impegno della categoria verso l'agenda climatica e la transizione giusta.

Dopo i dibattiti tenuti al 29º Incontro degli Economisti della Regione Sud (Enesul), nell'agosto 2025, il Corecon-SC ha presentato un documento con proposte da discutere nell'ambito del Sistema Cofecon/Corecons e successivamente da portare alla COP30. Anche la Carta del XIII Incontro delle Entità di Economisti dell'Amazzonia Legale, tenutosi lo stesso mese a Manaus, è stata redatta con l'intento di essere inviata alla COP30.





Allo stesso modo, presso il Cofecon, la Commissione per la Sostenibilità Economica e Ambientale ha condotto il ciclo di seminari "Dialoghi Economici alla luce della COP30", riunendo esperti, accademici, rappresentanti della società civile ed economisti di diverse regioni del Paese. Da questo processo è nato il documento "Equilibrio Climatico per un Futuro Ecologico Comune", con l'obiettivo di offrire contributi qualificati alla leadership brasiliana alla COP30 e contribuire affinché il Paese assuma un ruolo da protagonista nella governance climatica globale.

Tra le misure proposte dal Sistema Cofecon/Corecons figurano:

- Transizione ecologica giusta: integrazione di bioeconomia, economia circolare, sistemi agroforestali rigenerativi, energie rinnovabili e reddito di base come strumenti di inclusione e sostenibilità.
- Valorizzazione economico-ecologica: politiche che riconoscano il valore dei servizi socioambientali, garantendo una giusta redistribuzione ed evitando la finanziarizzazione predatoria della natura.
- **Governance climatica:** rafforzamento dei quadri normativi, trasparenza, lotta al greenwashing e allineamento tra politiche fiscale, monetaria e ambientale.
- **Finanziamento sostenibile:** creazione di fondi nazionali e internazionali per adattamento e mitigazione, incluso il Fondo "Foreste Tropicali per Sempre", proposto dal Brasile.
- Educazione e scienza: incentivo a laboratori regionali di economia ecologica, integrazione tra saperi tradizionali e conoscenza scientifica e rafforzamento della formazione tecnica per gestori e comunità.

Il Cofecon ribadisce che non esiste economia prospera su un pianeta malato. La COP30 offre l'opportunità storica di consolidare un progetto nazionale di sviluppo sostenibile, inclusivo e democratico. Il Brasile deve assumere una posizione di leadership globale non come esportatore di commodities ambientali, ma come esempio di transizione giusta, giustizia climatica e costruzione di prosperità a partire dalla biodiversità e dal successo nella decarbonizzazione dell'economia.

Questo Manifesto è un appello a governi, imprese, istituzioni e cittadini. L'equilibrio climatico deve essere il fondamento di un futuro ecologico comune. Solo con un'azione coordinata, conoscenza scientifica e valorizzazione delle comunità locali sarà possibile costruire un Brasile leader nella transizione giusta e nell'equilibrio climatico, capace di offrire sicurezza ambientale, prosperità economica e giustizia sociale per tutti.

XXVI Congresso Brasiliano di Economia

Ottobre 2025